

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	9
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
---	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	110
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	111
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	114
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	115
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	117
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	118
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.359.113
Preferenciais	0
Total	2.359.113
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	25.141.023	24.358.063	18.917.079
1.01	Ativo Circulante	8.092.769	5.007.158	5.279.648
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	659.045	234.346	451.304
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.104.119	109.960	408.769
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.822.477	96.117	403.872
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.822.477	96.117	403.872
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	281.642	13.843	4.897
1.01.03	Contas a Receber	3.247.148	3.263.780	3.054.984
1.01.03.01	Clientes	3.247.148	3.263.780	3.054.984
1.01.03.01.01	Consumidores e Recendedores	2.989.608	3.021.551	2.859.862
1.01.03.01.02	Concessionários - Transposrte de Energia	257.540	242.229	195.122
1.01.04	Estoques	29.312	31.408	26.826
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.612.216	264.846	218.902
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.612.216	264.846	218.902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	440.929	1.102.818	1.118.863
1.01.08.03	Outros	440.929	1.102.818	1.118.863
1.01.08.03.02	Contribuição de Iluminação Pública	179.406	164.971	149.098
1.01.08.03.03	Reembolso Subsídios Tarifários	82.616	93.673	82.470
1.01.08.03.04	Subvenção Baixa Renda	43.072	29.582	30.232
1.01.08.03.07	Ativos Financeiros da Concessão	0	640.161	646.874
1.01.08.03.20	Outros	135.835	174.431	210.189
1.02	Ativo Não Circulante	17.048.254	19.350.905	13.637.431
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.840.985	10.412.285	4.747.361
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	472.371	305	56.199
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	472.371	305	56.199
1.02.01.04	Contas a Receber	154.126	71.123	75.872
1.02.01.04.01	Clientes	154.126	71.123	75.872
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.747.020	1.741.544	1.334.421
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.747.020	1.741.544	1.334.421

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.467.468	8.599.313	3.280.869
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	2.888.626	5.141.553	181.663
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	527.628	1.766.042	1.707.668
1.02.01.10.05	Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	662.739	701.164	829.562
1.02.01.10.06	Ativos Contratuais	1.141.599	740.044	518.162
1.02.01.10.07	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	166.344	212.948	0
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	66.667	0	0
1.02.01.10.20	Outros Créditos	13.865	37.562	43.814
1.02.04	Intangível	9.207.269	8.938.620	8.890.070
1.02.04.01	Intangíveis	9.207.269	8.938.620	8.890.070
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	9.103.171	8.864.236	8.833.969
1.02.04.01.02	Intangível em Curso	104.098	74.384	56.101

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	25.141.023	24.358.063	18.917.079
2.01	Passivo Circulante	5.563.184	4.711.320	4.570.970
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	138.444	130.861	193.052
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	138.444	130.861	193.052
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	138.444	130.861	193.052
2.01.02	Fornecedores	1.783.607	1.534.689	1.199.055
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.783.607	1.534.689	1.199.055
2.01.03	Obrigações Fiscais	234.490	192.731	297.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	144.745	109.263	149.761
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37.960	0	0
2.01.03.01.02	COFINS	63.682	68.171	102.900
2.01.03.01.03	PASEP	13.719	14.647	22.233
2.01.03.01.04	INSS	19.660	17.426	15.154
2.01.03.01.05	Outros	9.724	9.019	9.474
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	79.595	77.390	142.739
2.01.03.02.01	ICMS	79.595	77.390	142.739
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.150	6.078	5.225
2.01.03.03.01	ISSQN	10.150	6.078	5.225
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.181.014	902.949	1.500.615
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.437	16.548	506.434
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.414	14.706	504.560
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.023	1.842	1.874
2.01.04.02	Debêntures	1.175.577	886.401	994.181
2.01.05	Outras Obrigações	2.225.629	1.950.090	1.380.523
2.01.05.02	Outros	2.225.629	1.950.090	1.380.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	309.434	822.183	267.435
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	267.696	283.361	369.284
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	73.691	150.970	51.281
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	213.283	201.241	181.862

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.01.05.02.07	PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	448.019	0	0
2.01.05.02.08	Contribuição de Iluminação Pública	304.869	251.809	281.362
2.01.05.02.09	Passivos Financeiros da Concessão	231.322	0	0
2.01.05.02.10	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	38.521	64.034	0
2.01.05.02.20	Outras	338.794	176.492	229.299
2.02	Passivo Não Circulante	13.556.208	14.938.535	9.703.751
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.916.226	4.891.973	4.762.793
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	15.346	27.353	1.087.314
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.644	11.144	1.063.252
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.702	16.209	24.062
2.02.01.02	Debêntures	3.900.880	4.864.620	3.675.479
2.02.02	Outras Obrigações	8.393.220	8.825.411	4.501.069
2.02.02.02	Outros	8.393.220	8.825.411	4.501.069
2.02.02.02.03	Encargos Regulatórios	234.237	101.968	119.176
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	24.923
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	4.433.298	4.359.058	3.220.182
2.02.02.02.07	PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	3.569.837	4.193.329	1.123.680
2.02.02.02.08	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	139.241	157.160	0
2.02.02.02.20	Outras	16.607	13.896	13.108
2.02.04	Provisões	1.246.762	1.221.151	439.889
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.203.175	1.191.359	415.091
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	815.454	774.348	2.111
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	337.064	382.915	366.951
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	50.657	34.096	46.029
2.02.04.02	Outras Provisões	43.587	29.792	24.798
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5	2	1.209
2.02.04.02.04	Provisões Processos Administrativos da ANEEL	29.627	16.575	16.990
2.02.04.02.05	Outras	13.955	13.215	6.599
2.03	Patrimônio Líquido	6.021.631	4.708.208	4.642.358

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	5.371.998	5.371.998	2.771.998
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	2.600.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	2.600.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.653.670	1.329.789	545.856
2.03.04.01	Reserva Legal	393.178	333.948	251.730
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.206.232	958.533	276.240
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	54.260	37.308	17.886
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.004.037	-1.993.579	-1.275.496

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.511.662	15.918.741	13.756.860
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.766.694	-13.031.876	-11.621.022
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-8.160.921	-7.516.878	-7.237.526
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-1.799.091	-1.458.939	-1.463.469
3.02.03	Pessoal e Administradores	-683.963	-674.042	-744.158
3.02.04	Materiais	-45.867	-51.067	-37.236
3.02.05	Serviços de Terceiros	-939.471	-901.917	-772.772
3.02.06	Amortização	-563.136	-532.842	-528.545
3.02.07	Provisões Operacionais	-137.011	-894.736	-24.835
3.02.09	Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	-1.384.334	-936.332	-756.964
3.02.10	Outras	-52.900	-65.123	-55.517
3.03	Resultado Bruto	2.744.968	2.886.865	2.135.838
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.122.069	-1.339.081	-1.197.333
3.04.01	Despesas com Vendas	-135.265	-199.142	-270.722
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-430.193	-447.411	-481.158
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-556.611	-692.528	-445.453
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.622.899	1.547.784	938.505
3.06	Resultado Financeiro	8.968	902.389	-186.898
3.06.01	Receitas Financeiras	520.191	1.534.795	433.976
3.06.02	Despesas Financeiras	-511.223	-632.406	-620.874
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.631.867	2.450.173	751.607
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-430.313	-805.807	-216.737
3.08.01	Corrente	-430.401	-843.008	-214.606
3.08.02	Diferido	88	37.201	-2.131
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.201.554	1.644.366	534.870
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.201.554	1.644.366	534.870
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,51	0,7	0,23

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,51	0,7	0,23

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	1.201.554	1.644.366	534.870
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.458	-718.083	-348.311
4.02.01	Remensuração de Obrigações de Planos de Benefícios Definidos, Líquidas de impostos	-10.458	-718.083	-348.311
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.191.096	926.283	186.559

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.457.037	1.213.825	-759.844
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.643.909	2.207.986	289.367
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.201.554	1.644.366	534.870
6.01.01.02	Amortização	668.414	652.208	594.922
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias	317.199	391.151	502.017
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social	-88	-37.201	2.131
6.01.01.05	Provisão para Perdas Operacionais	273.847	1.103.312	332.200
6.01.01.07	Obrigações Pós-Emprego	335.041	317.300	273.383
6.01.01.08	Perdas nas Baixas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	36.363	15.991	22.908
6.01.01.10	Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A' (CVA) e Outros Componentes Finan	-454.741	-57.988	-1.973.064
6.01.01.11	Componente Financeiro referente à Restituição de Créditos de PIS/Pasep e Cofins à consumidores - Rea	266.320	0	0
6.01.01.12	Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira	0	-1.821.153	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.098.056	345.460	-445.414
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-222.652	-360.831	-423.056
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	-564.516	-8.786	52.060
6.01.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	-16.915	-19.755	-12.411
6.01.02.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.248.952	-38.458	-53.479
6.01.02.05	Concessionários - Transporte de Energia	21.016	-42.358	-73.656
6.01.02.06	Ativo Financeiro - CVA e Outros Componentes Financeiros	1.466.945	362.469	908.604
6.01.02.07	Fornecedores	202.141	322.580	-485.365
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	571.369	-207.641	-19.328
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição a pagar	430.401	843.008	0
6.01.02.10	Salários e Encargos Sociais	7.583	-62.191	58.577
6.01.02.11	Encargos Regulatórios	116.604	-105.823	-48.854
6.01.02.12	Provisões	-111.400	-113.474	0
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-264.605	-247.050	-221.236
6.01.02.15	Subvenção Baixa Renda	-13.490	650	-3.572
6.01.02.16	Reembolso Subsídios Tarifários	11.057	-11.203	-9.125
6.01.02.17	Participação dos empregados e administradores no resultado	-77.279	99.689	48.106

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.20	Outros	292.845	-65.366	-162.679
6.01.03	Outros	-284.928	-1.339.621	-603.797
6.01.03.01	Juros Pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-244.027	-441.750	-406.841
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-37.999	-893.937	-196.956
6.01.03.03	Juros pagos de arrendamento	-2.902	-3.934	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.819.000	-547.953	-895.967
6.02.02	Em Intangível	-39.031	-31.909	-28.157
6.02.04	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-2.466.225	367.718	-167.461
6.02.06	Em ativos Contratuais	-1.313.744	-883.762	-700.349
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.213.338	-882.830	1.586.228
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos, líquidos	0	3.626.722	941.735
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-811.705	-4.172.532	-455.507
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-338.287	-267.435	0
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.100.000
6.03.06	Pagamento de arrendamento	-63.346	-69.585	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	424.699	-216.958	-69.583
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	234.346	451.304	520.887
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	659.045	234.346	451.304

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.371.998	0	1.329.789	0	-1.993.579	4.708.208
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.371.998	0	1.329.789	0	-1.993.579	4.708.208
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	469.896	-347.569	0	122.327
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-347.569	0	-347.569
5.04.08	Retenção de Dividendos	0	0	469.896	0	0	469.896
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.201.554	-10.458	1.191.096
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.201.554	0	1.201.554
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.458	-10.458
5.05.02.06	Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	0	0	0	0	-10.458	-10.458
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	853.985	-853.985	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	59.230	-59.230	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	16.952	-16.952	0	0
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	777.803	-777.803	0	0
5.07	Saldos Finais	5.371.998	0	2.653.670	0	-2.004.037	6.021.631

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.771.998	2.600.000	545.856	0	-1.275.496	4.642.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.771.998	2.600.000	545.856	0	-1.275.496	4.642.358
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.600.000	-2.600.000	0	-860.433	0	-860.433
5.04.01	Aumentos de Capital	2.600.000	-2.600.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-605.433	0	-605.433
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-255.000	0	-255.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.644.366	-718.083	926.283
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.644.366	0	1.644.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-718.083	-718.083
5.05.02.06	Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	0	0	0	0	-718.083	-718.083
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	783.933	-783.933	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	82.218	-82.218	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	19.422	-19.422	0	0
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	682.293	-682.293	0	0
5.07	Saldos Finais	5.371.998	0	1.329.789	0	-1.993.579	4.708.208

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.771.998	1.500.000	392.497	0	-927.185	3.737.310
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-99.076	0	-99.076
5.02.01	Adoção inicial CPC 48/IFRS 9	0	0	0	-99.076	0	-99.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.771.998	1.500.000	392.497	-99.076	-927.185	3.638.234
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.100.000	0	-282.435	0	817.565
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-182.435	0	-182.435
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.000	0	-100.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.100.000	0	0	0	1.100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.870	-348.311	186.559
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	534.870	0	534.870
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-348.311	-348.311
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	153.359	-153.359	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	26.744	-26.744	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	117.378	-117.378	0	0
5.06.06	Reserva de incentivos fiscais	0	0	9.237	-9.237	0	0
5.07	Saldos Finais	2.771.998	2.600.000	545.856	0	-1.275.496	4.642.358

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	25.985.900	25.807.838	23.767.109
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.685.844	24.175.237	23.225.361
7.01.02	Outras Receitas	50.987	895.411	55.506
7.01.02.01	Valor Justo de Ativo Indenizável da Concessão	15.465	17.839	325
7.01.02.02	Outras Receitas	35.522	47.229	55.181
7.01.02.03	Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	0	830.343	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.384.334	936.332	756.964
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-135.265	-199.142	-270.722
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.617.874	-12.913.368	-11.432.186
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.851.357	-9.780.931	-9.532.341
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.352.743	-1.884.521	-1.590.912
7.02.04	Outros	-413.774	-1.247.916	-308.933
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-413.774	-1.247.916	-308.933
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.368.026	12.894.470	12.334.923
7.04	Retenções	-668.414	-652.208	-594.922
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-668.414	-652.208	-594.922
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.699.612	12.242.262	11.740.001
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	520.191	1.534.795	433.976
7.06.02	Receitas Financeiras	520.191	1.534.795	433.976
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.219.803	13.777.057	12.173.977
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.219.803	13.777.057	12.173.977
7.08.01	Pessoal	1.228.327	1.287.759	1.175.739
7.08.01.01	Remuneração Direta	725.163	832.281	739.496
7.08.01.02	Benefícios	415.331	387.311	324.671
7.08.01.03	F.G.T.S.	42.249	53.439	43.874
7.08.01.04	Outros	45.584	14.728	67.698
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.235.275	10.167.005	9.739.510
7.08.02.01	Federais	3.956.998	4.740.874	4.910.435
7.08.02.02	Estaduais	5.273.798	5.420.616	4.823.678

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02.03	Municipais	4.479	5.515	5.397
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	554.647	677.927	723.858
7.08.03.01	Juros	542.782	658.379	649.332
7.08.03.02	Aluguéis	11.865	19.548	74.526
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.201.554	1.644.366	534.870
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	347.569	255.000	100.000
7.08.04.02	Dividendos	0	605.433	182.434
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	853.985	783.933	252.436

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Efeitos da Pandemia Covid-19 sobre as nossas operações

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação do Covid-19 como pandemia. Esse cenário fez com que as autoridades governamentais adotassem o distanciamento físico como medida de contenção da disseminação do vírus, o que impactou negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, desacelerando e/ou interrompendo suas cadeias de suprimentos, gerando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. Também foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise.

Em resposta ao cenário anunciado, a Companhia criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de tomar decisões para mitigar os efeitos da pandemia, proteger seus colaboradores e clientes e assegurar a prestação de seus serviços.

Os impactos da pandemia de Covid-19 estão divulgados em maiores detalhes na nota explicativa nº 1.1 – Contexto Operacional, dessas demonstrações financeiras. Apesar dos impactos da pandemia nos negócios da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2020, lucro de R\$1.202 milhões em comparação a R\$1.644 milhões no exercício de 2019. As principais variações na comparação dos resultados de 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir:

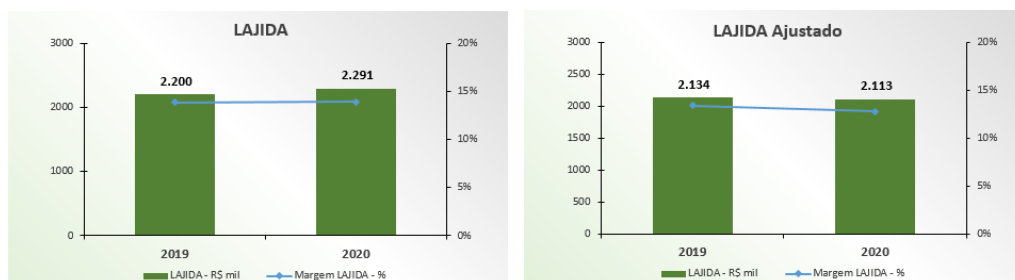
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	2020	2019	Var %
Lucro líquido do exercício	1.202	1.644	(26,89)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	430	806	(46,65)
Resultado financeiro líquido	(9)	(902)	(99,00)
Amortização	668	652	2,45
= Lajida (1)	2.291	2.200	4,14
Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	(830)	-
Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	(178)	-	-
Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	-	764	-
= Lajida ajustado (2)	2.113	2.134	(0,97)

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida aumentou 4,14% em 2020 em comparação a 2019, enquanto a margem do Lajida passou de 13,82% em 2019 para 13,88% em 2020. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 0,97% no exercício de 2020, em comparação ao exercício de 2019, enquanto a sua margem passou de 13,41% em 2019 para 12,80% em 2020.

O aumento do Lajida em 2020 decorre, principalmente, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, somada ao aumento da receita com uso da rede relacionada a clientes livres e receita com transação no Mecanismo de Venda de Excedentes.

O aumento pouco expressivo do Lajida Ajustado, no entanto, decorre, principalmente, do aumento de 9,42% na receita líquida, excluído o efeito não recorrente do reconhecimento, em 2019, de receita referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$830 milhões, compensado pelo aumento de 11,12% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos não recorrentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

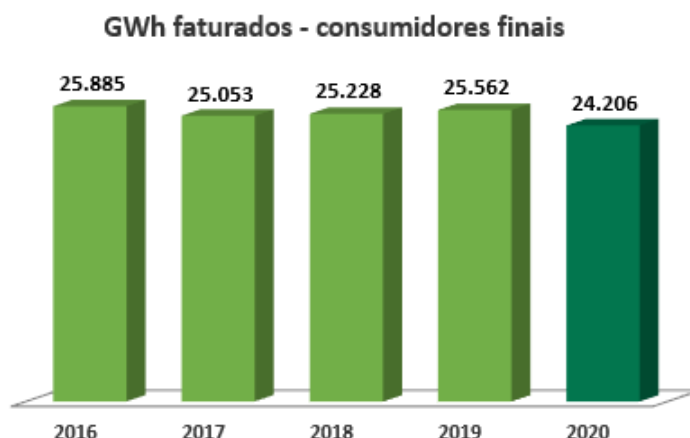
	2020	2019
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	19.174	19.967
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	266	-
Receita de uso da rede - consumidores livres	3.046	2.747
Constituição de CVA e outros componentes financeiros	455	58
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.384	936
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	234	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	15	18
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(51)	(58)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	830
Outras receitas operacionais	1.562	1.462
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(9.574)	(10.041)
	16.511	15.919

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$19.174 milhões em 2020, em comparação a R\$19.967 milhões, no exercício de 2019. Os principais impactos na receita em 2020 decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral até 30 de junho de 2020);
- redução de 5,30% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição do fornecimento por classe de consumo	GWh*		
	2020	2019	Var %
Residencial	10.981	10.538	4,20
Industrial	1.773	2.383	(25,60)
Comércio, serviços e outros	4.384	5.215	(15,93)
Rural	3.749	3.792	(1,13)
Poder público	714	905	(21,10)
Iluminação pública	1.243	1.357	(8,40)
Serviço público	1.362	1.372	(0,73)
Subtotal	24.206	25.562	(5,30)

*As informações em GWh não são auditadas pelos auditores independentes.

As principais variações na quantidade de energia vendida, por classe de consumo, são:

- redução de 25,60% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre e também da reclassificação de consumidores para as classes comercial e residencial;
- redução de 15,93% na quantidade de energia vendida para a classe de comércio e serviços, em função, principalmente, dos efeitos da pandemia de Covid-19, com estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais total ou parcialmente fechados ou com atividades presenciais reduzidas, além da expressiva migração de consumidores para o mercado livre e para a mini e microgeração distribuída;
- redução de 21,10% na quantidade de energia vendida para os consumidores do poder público, principalmente, devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, com as instituições de ensino com aulas presenciais suspensas e os órgãos públicos com atividades presenciais reduzidas ou paralisadas;
- aumento de 4,20% na quantidade de energia vendida para consumidores residenciais, principalmente pelo crescimento de 2,1% no número de consumidores nesta classe, bem como aumento no consumo médio mensal devido ao maior tempo de permanência das pessoas nas residências durante a pandemia de Covid-19.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2020, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.046 milhões, comparada a R\$2.747 milhões em 2019, representando um aumento de 10,88%.

Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, de 15,47%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020), somados aos impactos do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, de 5,74% para os consumidores livres.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,42% da energia transportada no exercício de 2020, em comparação ao exercício anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



	GWh		
	2020	2019	Var %
Industrial	18.612	17.723	5,02
Comercial	1.300	1.320	(1,52)
Rural	32	17	88,24
Concessionárias	315	342	(7,89)
Total de energia transportada	20.259	19.402	4,42

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2020, foi reconhecida uma receita no montante de R\$455 milhões, em comparação ao montante de R\$58 milhões reconhecidos em 2019. Este aumento na constituição de receitas de CVA em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, ao aumento nos custos com compra de energia de Itaipu, indexada ao dólar, e custo de transmissão em percentuais superiores aos valores que foram reconhecidos na tarifa.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.384 milhões em 2020, comparados a R\$936 milhões em 2019, demonstrando um aumento de 47,86%. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao ano anterior.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$234 milhões no exercício de 2020, referentes a ofertas de energia realizadas pela Companhia no final de 2019. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

O reconhecimento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS em 2019, no montante de R\$830 milhões, resulta do êxito em ação na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 8 destas demonstrações financeiras.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.574 milhões em 2020 comparados a R\$10.041 milhões em 2019, representando redução de 4,65% decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas.

Os encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias foram de R\$149 milhões em 2020, em comparação a R\$294 milhões em 2019, representando uma redução de 49,32%.

Esta variação decorre do acionamento da bandeira amarela somente para os meses de dezembro de 2019 (com impacto no faturamento de janeiro de 2020) e janeiro de 2020, não havendo acionamento de bandeira nos demais meses do ano. A Aneel suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias e fixou bandeira verde em 2020, até o final do ano.

Em 2019, foi acionada bandeira amarela nos meses de maio, julho e outubro (com impacto nos faturamentos de junho, agosto e novembro de 2019, respectivamente), e bandeira vermelha em agosto e setembro de 2019, o que fez com que os encargos do ano fossem maiores.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$14.889 milhões em 2020, comparados a R\$14.371 milhões em 2019, representando um aumento de 3,60%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$92 milhões em 2020, comparada a R\$183 milhões em 2019. Esta variação decorre, basicamente, da alteração nos critérios para cálculo da participação nos períodos em comparação, conforme disposto nos acordos coletivos relativos ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da Cemig de 2019 e 2020.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$8.161 milhões em 2020, comparada a R\$7.517 milhões em 2019, um crescimento de 8,57%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 39,26% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo de R\$1.990 milhões no exercício de 2020, comparadas a R\$1.429 milhões no exercício de 2019, justificado, principalmente, pelo aumento de 31,8% do dólar médio nos exercícios comparados (R\$5,23 no exercício de 2020 e R\$3,97 em 2019) e pelo aumento no preço em dólar da energia, sendo US\$28,41/KW para o exercício de 2020 comparado a US\$27,71/KW para 2019;
- aumento de 10,35% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.369 milhões no exercício de 2020, comparadas a R\$3.053 milhões no exercício de 2019. Esse aumento decorre, basicamente, do incremento no volume de energia adquirida;
- aumento de 227,54% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$678 milhões em 2020 comparadas a R\$207 milhões em 2019. Essa variação decorre do aumento do número de instalações geradoras (63.845 em dezembro de 2020, comparada a 31.172 em dezembro de 2019) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.008.589.663 MWh no exercício de 2020, comparado a 412.290.475 MWh em 2019);
- redução de 40,47% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$1.056 milhões em 2020, comparadas a R\$1.774 milhões em 2019. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essa redução decorre, principalmente, da redução de 22,06% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$177,00/MWh no exercício de 2020 comparado a R\$227,10/MWh em 2019, aliada à posição credora assumida pela Companhia em todo o exercício de 2020, que, em decorrência da redução do consumo verificada pelo atual contexto de pandemia de Covid-19, se tornou superior à posição assumida em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24c destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.799 milhões em 2020, comparados a R\$1.459 milhões em 2019, representando um aumento de 23,30%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pelo reajuste anual dos encargos de uso da rede básica, normalmente realizado no mês de julho de cada ano, que representou um aumento de aproximadamente 27,4% em 2020, comparado com 2019.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$272 milhões em 2020 comparadas a R\$1.101 milhões em 2019, representando uma redução de 75,30%. As principais variações que explicam essa variação são:

- redução de 32,16% nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que apresentaram constituição líquida de R\$135 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$199 milhões em 2019. Esta variação é justificada pela reversão, em 2020, de R\$210 milhões das perdas, devido ao acordo com o Governo do Estado para compensação das dívidas de energia elétrica com ICMS a pagar pela Companhia. Mais informações vide nota explicativa nº 7 destas demonstrações financeiras;
- redução de 94,69% nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$772 milhões em 2019. Esta variação se deve, basicamente, aos valores registrados em 2019, no montante de R\$764 milhões, referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes na nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- redução de 56,52% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$40 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$92 milhões em 2019. A redução dessas provisões decorre, principalmente, da suspensão dos pedidos relativos às diferenças de base de cálculo do adicional de periculosidade, em função do reconhecimento da Repercussão Geral sobre o Tema 1.046 pelo STF, bem como, dos efeitos estimados pela decisão do STF, na qual definiu-se que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral;
- aumento de 78,26% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$23 milhões em 2019. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento de processos relativos à responsabilidade civil, os quais discutem o pagamento de indenizações por danos morais, materiais e estéticos devido a acidentes que envolveram a rede elétrica operada pela Companhia.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2020 foi uma receita financeira de R\$9 milhões, comparada a uma receita financeira líquida de R\$902 milhões em 2019. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 97,58% na receita com atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins, sendo R\$25 milhões no exercício de 2020, comparada a R\$1.034 milhões em 2019. Essa variação decorre do reconhecimento, em 2019, da atualização monetária dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 8a destas demonstrações financeiras;
- redução de 69,52% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$32 milhões em 2020, comparada a R\$105 milhões em 2019. Essa variação se deve, basicamente, à queda da taxa Selic, indexador do saldo, atrelada ao menor valor homologado no reajuste tarifário de 2020, em relação ao valor homologado no ano anterior;
- aumento de 56,04% na despesa de variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, tendo sido de R\$142 milhões no exercício de 2020, comparada a R\$91 milhões em 2019. Essa variação deve-se, principalmente, ao crescimento do estoque médio anual da dívida lastreada ao IPCA de 2019 para 2020, em função da 2ª série da 7ª emissão de debêntures em julho de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2020, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$430 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.632 milhões. Em 2019, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$806 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.450 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**SUMÁRIO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. DA CONCESSÃO.....	28
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	30
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	31
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	31
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	32
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	33
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	34
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	36
11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	37
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	37
13. ATIVOS DE CONTRATO.....	41
14. INTANGÍVEL.....	41
15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	43
16. FORNECEDORES.....	45
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	45
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	46
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	48
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	48
21. PROVISÕES.....	54
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	59
23. RECEITA.....	63
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	65
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	67
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	68
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	70
28. SEGUROS.....	81
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	81
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	82
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	82

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019****ATIVO****(Em milhares de Reais)**

	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	659.045	234.346
Títulos e valores mobiliários	6	2.104.119	109.960
Consumidores e revendedores	7	2.989.608	3.021.551
Concessionários - transporte de energia	7	257.540	242.229
Tributos compensáveis	8	1.483.677	29.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	128.539	235.745
Estoques		29.312	31.408
Contribuição de iluminação pública		179.406	164.971
Reembolso subsídios tarifários	11	82.616	93.673
Subvenção baixa renda		43.072	29.582
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	-	640.161
Outros créditos		135.835	174.431
Total do circulante		8.092.769	5.007.158
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	472.371	305
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	1.747.020	1.741.544
Tributos compensáveis	8	2.888.626	5.141.553
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	66.667	-
Depósitos vinculados a litígios	10	527.628	1.766.042
Consumidores e revendedores	7	120.041	711
Concessionários - transporte de energia	7	34.085	70.412
Outros créditos		13.865	37.562
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	662.739	701.164
Ativos de contrato	13	1.141.599	740.044
Intangíveis	14	9.207.269	8.938.620
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	15	166.344	212.948
Total do não circulante		17.048.254	19.350.905
Ativo total		25.141.023	24.358.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.181.014	902.949
Fornecedores	16	1.783.607	1.534.689
Impostos, taxas e contribuições	17	234.490	192.731
Salários e encargos sociais		138.444	130.861
Encargos regulatórios	19	267.696	283.361
Participação dos empregados e administradores no resultado		73.691	150.970
Obrigações pós-emprego	20	213.283	201.241
Contribuição de iluminação pública		304.869	251.809
Passivos financeiros setoriais da concessão	12	231.322	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		309.434	822.183
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	17	448.019	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	15	38.521	64.034
Outras obrigações		338.794	176.492
Total do circulante		5.563.184	4.711.320
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.916.226	4.891.973
Provisões	21	1.246.762	1.221.151
Obrigações pós-emprego	20	4.433.298	4.359.058
Encargos regulatórios	19	234.237	101.968
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	17	3.569.837	4.193.329
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	15	139.241	157.160
Outras obrigações		16.607	13.896
Total do não circulante		13.556.208	14.938.535
Total do passivo		19.119.392	19.649.855
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		2.653.670	1.329.789
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.004.037)	(1.993.579)
Total do patrimônio líquido		6.021.631	4.708.208
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.141.023	24.358.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita	23	16.511.662	15.918.741
Custos operacionais	24		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(8.160.921)	(7.516.878)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.799.091)	(1.458.939)
		(9.960.012)	(8.975.817)
Custos			
Pessoal e administradores		(683.963)	(674.042)
Materiais		(45.867)	(51.067)
Serviços de terceiros		(939.471)	(901.917)
Amortização		(563.136)	(532.842)
Provisões operacionais, líquidas	24d	(137.011)	(894.736)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(1.384.334)	(936.332)
Outros		(52.900)	(65.123)
		(3.806.682)	(4.056.059)
Custo total		(13.766.694)	(13.031.876)
Lucro bruto		2.744.968	2.886.865
Despesa operacional	24		
Despesas com vendas		(135.265)	(199.142)
Despesas gerais e administrativas		(430.193)	(447.411)
Outras despesas operacionais, líquidas		(556.611)	(692.528)
		(1.122.069)	(1.339.081)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		1.622.899	1.547.784
Receitas financeiras	25	520.191	1.534.795
Despesas financeiras	25	(511.223)	(632.406)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.631.867	2.450.173
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(430.401)	(843.008)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	88	37.201
Lucro líquido do exercício		1.201.554	1.644.366
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,51	0,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.201.554	1.644.366
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 20)	(15.846)	(1.088.005)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 9)	5.388	369.922
	(10.458)	(718.083)
Resultado abrangente do exercício	1.191.096	926.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.771.998	2.600.000	545.856	(1.275.496)	-	4.642.358
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.644.366	1.644.366
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(718.083)	-	(718.083)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(718.083)	1.644.366	926.283
Reserva legal	-	-	82.218	-	(82.218)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,1081 por ação)	-	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Dividendos estatutários (R\$0,2566 por ação)	-	-	-	-	(605.433)	(605.433)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	19.422	-	(19.422)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	682.293	-	(682.293)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 22)	2.600.000	(2.600.000)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	-	1.329.789	(1.993.579)	-	4.708.208
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.201.554	1.201.554
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(10.458)	-	(10.458)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(10.458)	1.201.554	1.191.096
Retenção de dividendos	-	-	469.896	-	-	469.896
Reserva legal	-	-	59.230	-	(59.230)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,1473 por ação)	-	-	-	-	(347.569)	(347.569)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	16.952	-	(16.952)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	777.803	-	(777.803)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	-	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.201.554	1.644.366
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	20	335.041	317.300
Amortização	14b e 15a	668.414	652.208
Provisões operacionais	24d	272.276	1.100.647
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	13	1.571	2.665
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 14b	36.363	15.991
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	23	266.320	-
Juros e variações monetárias		330.625	383.253
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	12a	(15.465)	(17.839)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	18	2.039	25.737
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		-	(1.821.153)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	23	(454.741)	(57.988)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(88)	(37.201)
		<u>2.643.909</u>	<u>2.207.986</u>
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(222.652)	(360.831)
Concessionários - transporte de energia		21.016	(42.358)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	12b	1.466.945	362.469
Tributos compensáveis		(564.516)	(8.786)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(16.915)	(19.755)
Depósitos vinculados a litígios		1.248.952	(38.458)
Contribuição de iluminação pública		(14.435)	(15.873)
Reembolso subsídios tarifários	11	11.057	(11.203)
Subvenção baixa renda		(13.490)	650
Outros		<u>64.389</u>	<u>33.351</u>
		<u>1.980.351</u>	<u>(100.794)</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		202.141	322.580
Impostos, taxas e contribuições		571.369	(207.641)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		430.401	843.008
Salários e encargos sociais		7.583	(62.191)
Contribuição de iluminação pública		53.060	(29.553)
Encargos regulatórios	19	116.604	(105.823)
Obrigações pós-emprego	20	(264.605)	(247.050)
Provisões	21	(111.400)	(113.474)
Participação dos empregados e administradores no resultado		(77.279)	99.689
Outros		<u>189.831</u>	<u>(53.291)</u>
		<u>1.117.705</u>	<u>446.254</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		5.741.965	2.553.446
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	18	(244.027)	(441.750)
Juros de arrendamento pagos	15	(2.902)	(3.934)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(37.999)</u>	<u>(893.937)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.457.037	1.213.825
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira		(2.466.225)	367.718
No intangível	14	(39.031)	(31.909)
No ativo de contrato	13	<u>(1.313.744)</u>	<u>(883.762)</u>
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.819.000)	(547.953)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação	18	-	3.626.722
Pagamento de arrendamento	15b	(63.346)	(69.585)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	(811.705)	(4.172.532)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		<u>(338.287)</u>	<u>(267.435)</u>
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.213.338)	(882.830)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	234.346	451.304
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	659.045	234.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020		2019	
Receitas				
Venda de energia e serviços	24.685.844		24.175.237	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.384.334		936.332	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	15.465		17.839	
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-		830.343	
Outras receitas	35.522		47.229	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(135.265)		(199.142)	
	<u>25.985.900</u>		<u>25.807.838</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(8.868.888)		(8.173.285)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.982.469)		(1.607.646)	
Serviços de terceiros	(1.607.254)		(1.357.014)	
Materiais	(745.489)		(527.507)	
Outros custos operacionais	(413.774)		(1.247.916)	
	<u>(13.617.874)</u>		<u>(12.913.368)</u>	
Valor adicionado bruto	12.368.026		12.894.470	
Retenções				
Amortização	(668.414)		(652.208)	
Valor adicionado líquido	11.699.612		12.242.262	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	520.191		1.534.795	
Valor adicionado a distribuir	12.219.803		13.777.057	
Distribuição do valor adicionado				
		%		%
Empregados	1.228.327	10,05	1.287.759	9,35
Remuneração direta	725.163	5,93	832.281	6,04
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	415.331	3,40	387.311	2,81
FGTS	42.249	0,35	53.439	0,39
Programa de desligamento voluntário programado	45.584	0,37	14.728	0,11
Impostos, taxas e contribuições	9.235.275	75,58	10.167.005	73,80
Federais	3.956.998	32,38	4.740.874	34,41
Estaduais	5.273.798	43,16	5.420.616	39,35
Municipais	4.479	0,04	5.515	0,04
Remuneração de capitais de terceiros	554.647	4,54	677.927	4,92
Juros	542.782	4,44	658.379	4,78
Aluguéis	11.865	0,10	19.548	0,14
Remuneração de capital próprio	1.201.554	9,83	1.644.366	11,93
Juros sobre capital próprio	347.569	2,84	255.000	1,85
Dividendos	-	-	605.433	4,39
Lucros retidos	853.985	6,99	783.933	5,69
	<u>12.219.803</u>	<u>100,00</u>	<u>13.777.057</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.697.195 consumidores em 31 de dezembro de 2020 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Notas Explicativas



Medidas governamentais destinadas ao setor elétrico

Foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise, das quais destacamos:

- edição, em 8 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 950/2020, que previu o desconto de 100% no cálculo da Tarifa Social de Energia Elétrica, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, com parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida também autorizou a União a destinar recursos para a CDE, limitado a R\$900 milhões, para cobertura dos descontos tarifários criados;
- ampliação de 15% para 30% do limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, visando facilitar as reduções contratuais;
- liberação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em abril de 2020, em atendimento ao Despacho Aneel nº 986/2020, de recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, sendo a parcela da Cemig Distribuição de R\$122 milhões;
- implementação de medidas visando manter o serviço público de distribuição de energia, por meio da Resolução Aneel 878/2020, de 24 de março de 2020, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência, por 90 dias, prorrogado até 31 de julho de 2020, para algumas classes de consumidores (residenciais), priorização dos atendimentos de urgência e emergência, bem como do fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, elaboração de plano de contingência específico de atendimento de unidades médicas e hospitalares, entre outras. Por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, de 21 de julho de 2020, o órgão regulador alterou a Resolução Aneel 878/2020, mantendo a vedação à suspensão do fornecimento de energia a partir de agosto de 2020 somente para as subclasses residenciais baixa renda, revogando as previsões para as demais classes residenciais e relacionadas ao fornecimento de serviços e atividades considerados essenciais;
- Autorização da criação da Conta-Covid, por meio do Decreto 10.350/2020, de 18 de maio de 2020, conforme detalhado no tópico seguinte.

Notas Explicativas



Conta-Covid

Em 18 de maio de 2020, visando ao enfrentamento do estado de calamidade pública causada pela pandemia Covid-19, foi autorizada, por meio do Decreto nº 10.350/2020, a criação da Conta-Covid, destinada à cobertura dos déficits ou antecipação de receitas, relativas às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia, que são a base do fluxo financeiro do setor elétrico, relacionadas (i) à sobrecontratação de energia; (ii) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA); (iii) à neutralidade dos encargos setoriais; (iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia homologados até a mesma data; e (v) à antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B, conforme regulação da Aneel e cronograma definido pela distribuidora.

Em 23 de junho de 2020, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 885/2020, que estabeleceu os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid, além de regular a utilização do encargo tarifário da CDE.

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel editou o Despacho nº 181/2021, no qual definiu o encargo mensal a ser pago para amortização do empréstimo e a respectiva cobertura a ser incluída na tarifa para pagamento deste encargo. A cota anual de CDE Conta-Covid será paga pelas distribuidoras, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de energia elétrica e nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição.

Os montante equivalentes à totalidade dos valores recebidos pela Companhia da Conta-Covid durante o ano de 2020 serão revertidos, devidamente atualizados pela Selic, em forma de componente financeiro negativo no reajuste tarifário de 2021, assegurada a neutralidade.

A Companhia aderiu ao mecanismo de compensação financeira da Conta-Covid, visando ao reforço de seu caixa, permitindo o cumprimento de suas obrigações financeiras mesmo diante da redução da arrecadação causada pela crise econômica. O total de recursos da Conta-Covid destinado à Companhia, no montante de R\$1.404.175, teve o repasse inicial de R\$1.186.390 em julho de 2020, sendo o valor restante repassado até dezembro de 2020 em parcelas mensais, afetando positivamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

São aplicadas restrições às distribuidoras que aderiram à Conta-Covid, sendo elas (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020, (ii) limitação, em caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências e, (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Notas Explicativas



Em razão da manifestação das renúncias estabelecidas no Termo de Aceitação, anexo à Resolução Normativa nº 885/2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 3 de julho de 2020, aprovou a alteração e consequente consolidação do Estatuto Social, com a inclusão do §4º ao artigo 33, prevendo a limitação excepcional da distribuição dos dividendos obrigatórios ou do pagamento de juros sobre o capital próprio, respeitado o mínimo legal, nos casos e nos termos em que o órgão regulador, por meio de previsão normativa ou contratual, assim o exigir, para mitigar situação de desequilíbrio financeiro causado por fato de terceiro, fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior expressamente reconhecido.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Em agosto, a Companhia iniciou o plano de retorno gradativo às atividades presenciais para empregados em trabalho remoto, observando as medidas que visam à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19 nos ambientes de trabalho.

Adicionalmente, o atendimento presencial nas agências foi suspenso temporariamente, sendo retomado, mediante agendamento, a partir de 3 de agosto de 2020, nos municípios que aderiram ao Plano Minas Consciente, elaborado pelo Governo de Minas Gerais, e que estão na fase de onda verde do programa. A decisão de atender presencialmente via agendamento obedece às normas do plano e está de acordo com a retomada da economia no estado de forma responsável, em virtude da pandemia de Covid-19.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento de energia adequado.

Notas Explicativas



A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos das contas de clientes de baixa renda, cadastrados como tarifa social, que poderiam parcelar as suas faturas em até seis vezes, sem juros e multas, vigente até 1º de julho de 2020;
- Parcelamento dos valores não arrecadados, faturados a hospitais públicos, filantrópicos e unidades de pronto atendimento sem a incidência de multas e juros, cujas condições ficaram vigentes até 1º de julho de 2020;
- Parcelamento de débitos em até seis vezes sem juros para microempresas dos setores afetados pela crise, cujas condições ficaram vigentes até 1º de julho de 2020;
- Lançamento de campanha de negociação, permitindo o parcelamento de dívidas de consumidores em até 12 vezes sem juros, cujas condições foram válidas até 30 de setembro de 2020 e foram prorrogadas até 31 de outubro de 2020;

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Cemig aprovou as seguintes medidas para apoio no combate ao Covid-19 durante o período de onda roxa instituído pela Deliberação 138, de 16 de março de 2021 do Comitê Extraordinário Covid-19, no âmbito do Estado de Minas Gerais:

- suspensão dos cortes de energia elétrica para clientes cadastrados como tarifa social (baixa renda);
- parcelamento dos débitos dos consumidores classificados como tarifa social (baixa renda), nas condições especificadas no programa, disponíveis no website da Companhia;
- parcelamento dos débitos de outras classes, incluindo consumidores comerciais classificados como Microempresas dos setores afetados pela crise, nas condições especificadas no programa, disponíveis no website da Companhia;
- Prioridade no fornecimento de energia elétrica das unidades de pronto atendimento, clínicas, hospitais e demais equipamentos de saúde e empresas categorizadas como serviços essenciais;
- ações de comunicação com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância de permanecer em casa, sobre o uso racional da energia elétrica nas residências, bem como sobre os cuidados com a utilização dos aparelhos eletrônicos, evitando a sobrecarga, curtos e incêndios.

As medidas supracitadas geraram um efeito estimado de postergação de caixa para o próximo exercício de até R\$151,4 milhões, considerando os valores referentes às parcelas com vencimento no ano de 2021.

Notas Explicativas



Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento dos investimentos previsto para o ano de 2020, no valor aproximado de R\$169 milhões, e revisão orçamentária com redução nos custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), na ordem de R\$134 milhões;
- negociação de contratos com seus consumidores livres;
- diferimento ao longo do ano dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações financeiras

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia de Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

A crise ocasionada pela Covid-19 impactou as operações da Companhia em função da retração do mercado e das medidas de distanciamento social, com impacto nos processos de produção, com interrupção nas cadeias de suprimentos, reduzindo a demanda por mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, o que resulta em menor consumo de energia e maior risco de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2020, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, incluindo aqueles com impedimento momentâneo de suspensão do fornecimento de energia e intensificação das ações individualizadas de cobrança habitual. O retorno das atividades econômicas após o período agudo da pandemia, bem como a liberação da suspensão do fornecimento a partir de agosto de 2020 por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, têm contribuído para o reestabelecimento do comportamento da arrecadação. Adicionalmente, as negociações para permitir a recuperação dos créditos em atraso e as medidas da Agência Reguladora para reequilíbrio econômico mitigaram os efeitos negativos da crise econômica sobre a arrecadação;

Notas Explicativas



- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras;
- Foi observada uma queda de carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2020, especialmente entre os meses de março a maio, com a recuperação gradativa a partir desse período. No acumulado do ano, a energia transportada e a energia vendida aos consumidores da Cemig D apresentaram um crescimento de 4,42% e uma redução de 5,31%, respectivamente, sendo que somente no 2º semestre de 2020 verificou-se um crescimento de 10,29% na energia transportada e de 94,66% na energia vendida na comparação com o mesmo período do ano anterior, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social;
- A variação acumulada no mercado de clientes cativos da Cemig D, medida a partir do início da pandemia até dezembro de 2020, apresentou uma diminuição de 8%. Ressalta-se que o efeito dos dispêndios financeiros com compra de energia pela Companhia foi minimizado com a criação da Conta-Covid.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de março de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas



2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 - Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 13 - Ativos de contrato;
- Nota 14 - Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 15 - Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - Valores a serem restituídos a consumidores;
- Nota 20 - Obrigações pós-emprego;
- Nota 21 - Provisões;
- Nota 23 - Fornecimento não faturado de energia elétrica;

Notas Explicativas



- Nota 27 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MSCE, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR's, apresentadas de forma independente das demonstrações financeiras societárias, sendo disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão regulador e da Companhia até 30 de abril do ano subsequente.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1)/ IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de output. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

CPC 26 (R1)/ IAS 1 e IAS 8: Alteram a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

CPC 38/ IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

CPC 06(R2)/ IFRS 16: concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento.

Notas Explicativas



Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Conceptual Framework for Financial Reporting: A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, atualização de definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

IFRS 17 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017: a norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 1 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 17/2020, em 11 de fevereiro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência”, aplicável aos períodos anuais com início em, ou após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

Notas Explicativas



2.8. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 - Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados, do poder concedente.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Custo amortizado - encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, contas a receber do Estado de Minas Gerais, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, valores a receber e a pagar a partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), adiantamentos a fornecedores, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

Notas Explicativas



O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Divulgações adicionais de instrumentos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

b) Consumidores, Revendedores e Concessionários - Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia - são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Notas Explicativas



c) Ativos vinculados à concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

d) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As principais taxas de amortização estão demonstradas na nota explicativa nº 14 destas demonstrações financeiras.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Notas Explicativas



e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

f) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes, com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados - A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Cemig está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Notas Explicativas



Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

Notas Explicativas



h) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

A Cemig possui empreendimentos na área incentivada da SUDENE, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, a Cemig recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica - TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

i) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante e não circulante. Ativos e passivos são classificados no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado ou liquidado em até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivos se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço;

Notas Explicativas



- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos do passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

j) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, de acordo com a regulamentação do setor.

Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

Notas Explicativas



As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de distribuição, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão.

k) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

m) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, é previsto um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, estando o pagamento desses dividendos e juros sobre o capital próprio limitado, excepcionalmente, nos casos e nos termos em que o órgão regulador (Aneel), por meio da previsão normativa ou contratual, assim o exigir, para mitigar situação de desequilíbrio financeiro causado por fato de terceiro, fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior expressamente reconhecido, estando respeitado o mínimo legal. Os dividendos obrigatórios são considerados uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecidos como um passivo.

Notas Explicativas



n) Arrendamento mercantil

A partir da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, a Companhia avalia, na celebração do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Notas Explicativas



Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. DA CONCESSÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

Notas Explicativas



A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECi) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;

Notas Explicativas



- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0;
- LAJIDA³ ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da Selic) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2020).

1. QRR - Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da Selic;
3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O indicador de continuidade global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, apesar de ter sido atendido em 2020, não foi atendido por três vezes nos últimos 5 anos e, dessa forma, a Companhia terá a sua distribuição de dividendos no ano de 2021 limitada a 25% do lucro líquido de 2020, ajustada pela Reserva Legal constituída.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

Notas Explicativas



5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Contas bancárias	77.758	192.772
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	474.003	36.198
Overnight (2)	107.284	5.376
	581.287	41.574
	659.045	234.346

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 65% a 108% em 31 de dezembro de 2020 (70% a 104% em 31 de dezembro de 2019), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de Overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (4,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2020	2019
Certificados de Depósitos Bancários (1)	341.413	221
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	1.754.948	95.204
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	457.503	13.900
Debêntures (4)	19.252	732
Outros	3.374	208
	2.576.490	110.265
Ativo circulante	2.104.119	109.960
Ativo não circulante	472.371	305

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual de 106% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), em 31 de dezembro de 2020 (80% a 103,5% em 31 de dezembro de 2019), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 99,5% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,95% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data do vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre TR + 1% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (108,25% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 26 destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	2020	2019
Residencial	717.471	327.456	409.898	154.437	56.946	1.666.208	1.628.954
Industrial	30.490	73.502	16.076	23.961	136.976	281.005	307.379
Comércio, serviços e outras	296.207	167.173	92.796	61.563	128.025	745.764	816.583
Rural	153.992	86.881	78.912	54.846	20.276	394.907	356.303
Poder público	156.751	29.466	10.609	34.483	158.201	389.510	422.034
Iluminação pública	7.467	48.657	1.662	970	497	59.253	34.662
Serviço público	47.538	41.561	6.060	5.023	25.379	125.561	133.077
Subtotal - consumidores	1.409.916	774.696	616.013	335.283	526.300	3.662.208	3.698.992
Concessionários - transporte de energia	41.718	216.495	11.936	15.655	80.038	365.842	367.429
Suprimento - energia de curto prazo	20.653	-	-	-	-	20.653	-
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(262.099)	(12.291)	(11.557)	(6.667)	(354.815)	(647.429)	(731.518)
	1.210.188	978.900	616.392	344.271	251.523	3.401.274	3.334.903
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.989.608	3.021.551
Concessionários - transporte de energia						257.540	242.229
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						120.041	711
Concessionários - transporte de energia						34.085	70.412

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 26 destas demonstrações financeiras..

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2020	2019
Residencial	106.870	127.747
Industrial	136.934	132.663
Comércio, serviços e outras	182.155	153.819
Rural	28.684	30.248
Poder público	82.487	200.302
Iluminação pública	1.513	1.123
Serviço público	34.569	30.829
Concessionários - transporte de energia	74.217	54.787
	647.429	731.518

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, estimadas em R\$240 milhões, que ainda estão em processo de análise pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. As compensações serão iniciadas após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida, prevista para ocorrer ainda no 1º trimestre de 2021. Em razão do andamento dessa negociação, a Companhia reverteu, no exercício, perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa referentes às dívidas do Estado de Minas Gerais no montante de R\$210 milhões.

Notas Explicativas



A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	697.089
Constituições, líquidas	199.142
Baixas	(164.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	731.518
Constituições, líquidas	135.265
Baixas	(219.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	647.429

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2020	2019
Circulante		
ICMS a recuperar	62.221	25.743
Cofins (a) (b)	1.165.559	1.713
PIS/Pasep (a) (b)	254.001	1.301
Outros	1.896	344
	1.483.677	29.101
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	232.011	215.189
Cofins (a)	2.182.732	4.047.607
PIS/Pasep (a)	473.883	878.757
	2.888.626	5.141.553
	4.372.303	5.170.654

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

A Companhia possui registrado o montante de R\$1.416.477 no ativo circulante e R\$2.656.615 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Notas Explicativas



Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras. A Companhia aguarda a conclusão da Aneel quanto aos critérios e mecanismos de ressarcimento desses valores aos consumidores.

Os efeitos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo sua atualização pela Selic, foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2019, pelo montante líquido de tributos, atualizado até 31 de dezembro de 2019, de R\$1.216.915. Deste montante, R\$830.343 foram reconhecidos em receitas operacionais, R\$1.013.468, como receitas financeiras (líquidas de PIS/Pasep e Cofins), além de IRPJ e CSLL, no montante total de R\$626.896.

Esses créditos tributários e a parcela a ser devolvida aos consumidores são atualizados pela Selic até a sua compensação/restituição, sendo o efeito líquido no resultado financeiro, em 31 de dezembro de 2020, de R\$24.811, conforme nota explicativa nº 25 destas demonstrações financeiras.

Até 31 de dezembro de 2020, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$945.886.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

Notas Explicativas



	2020	2019
Imposto de renda	108.732	163.015
Contribuição social	86.474	72.730
	195.206	235.745
Circulante	128.539	235.745
Não circulante	66.667	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2020	2019
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.463.842	1.411.395
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	241.419	270.605
Provisão para redução a valor recuperável	18.834	18.299
Provisões para contingências	356.956	351.827
Taxa de administração	5.250	5.625
Participação de empregados e administradores no resultado	25.055	51.330
Outros	6.083	5.003
	2.117.439	2.114.084
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(198.689)	(202.548)
Encargos financeiros capitalizados	(168.909)	(166.478)
Custo de captação	(2.821)	(3.514)
	(370.419)	(372.540)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.747.020	1.741.544

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.334.421
Efeitos alocados ao resultado	37.201
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	369.922
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.741.544
Efeitos alocados ao resultado	88
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	5.388
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.747.020

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2020, conforme abaixo:

Notas Explicativas



	2020
2021	296.234
2022	271.179
2023	271.179
2024	271.179
2025	271.179
2026 a 2028	441.894
2029 a 2030	294.595
	2.117.439

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultados é como segue:

	2020	2019
Resultado antes dos impostos	1.631.867	2.450.173
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(554.835)	(833.059)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	118.173	86.700
Incentivos fiscais	31.491	50.380
Contribuições e doações indedutíveis	(5.814)	(8.911)
Multas indedutíveis	(21.857)	(100.647)
Outros	2.529	(270)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(430.313)	(805.807)
Alíquota efetiva	26,37%	32,89%
Corrente	(430.401)	(843.008)
Diferido	88	37.201

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2020	2019
Trabalhista	222.090	280.542
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	11.281	11.105
PIS/Pasep e Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	-	1.181.808
IR/INSS indenização do anuênio (2)	204.739	202.042
Outros	37.660	34.113
	253.680	1.429.068
Outros		
Regulatório	28.984	20.326
Cível	5.537	6.725
Relações de consumo	5.629	4.412
Bloqueio judicial	7.105	6.502
Outros	4.603	18.467
	51.858	56.432
	527.628	1.766.042

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões (indenização do anuênio).

Levantamento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante atualizado total de R\$1.186.402. Estes valores são referentes aos depósitos efetuados entre agosto de 2008 até agosto de 2011 e foram atualizados pela variação da Selic até a data do levantamento.

Notas Explicativas



11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 2020, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$1.035.617 (R\$1.079.262 em 2019). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$82.616 (R\$93.673 em 2019), reconhecidos no ativo circulante.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2020	2019
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	530.058	459.711
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	132.681	881.614
	662.739	1.341.325
Ativo circulante	-	640.161
Ativo não circulante	662.739	701.164

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2020	2019
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	231.322	-
	231.322	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	395.743
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	48.168
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(1.142)
Baixas	(897)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	17.839
Saldo em 31 de dezembro de 2019	459.711
Transferências de ativos de contrato (Nota 13)	60.333
Transferência para o ativo intangível (nota 14)	(5.325)
Baixas	(126)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	15.465
Saldo em 31 de dezembro de 2020	530.058

Notas Explicativas


b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem os saldos desses ativos e passivos setoriais, devendo ser ressaltado que nas demonstrações financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	2020			2019		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	83.984	1.561.906	1.645.890	1.286.413	2.144.280	3.430.693
Ativo circulante	83.984	834.093	918.077	1.286.413	1.269.049	2.555.462
Ativo não circulante	-	727.813	727.813	-	875.231	875.231
Passivo	(246.242)	(1.498.289)	(1.744.531)	(882.425)	(1.666.654)	(2.549.079)
Passivo circulante	(246.242)	(903.157)	(1.149.399)	(882.425)	(1.032.876)	(1.915.301)
Passivo não circulante	-	(595.132)	(595.132)	-	(633.778)	(633.778)
Total circulante líquido	(162.258)	(69.064)	(231.322)	403.988	236.173	640.161
Total não circulante líquido	-	132.681	132.681	-	241.453	241.453
Total líquido	(162.258)	63.617	(98.641)	403.988	477.626	881.614

COMPONENTES FINANCEIROS	2020			2019		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da “Parcela A”						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	879	-	879	118.775	29.398	148.173
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	847	217.778	218.625	(18.157)	113.801	95.644
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	103	17.618	17.721	8.691	16.069	24.760
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	(138)	5.857	5.719	10.542	(5.859)	4.683
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	(1.465)	38.549	37.084	(161.253)	(135.703)	(296.956)
Energia elétrica comprada para revenda	4.078	448.720	452.798	661.108	631.920	1.293.028
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(55.828)	165.793	109.965	(83.718)	215.508	131.790
Neutralidade da parcela A	(2.706)	109.965	107.259	(29.697)	(11.915)	(41.612)
Outros itens financeiros	(86.248)	(898.843)	(985.091)	(70.219)	(206.481)	(276.700)
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	(102.976)	(102.976)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(21.780)	(41.820)	(63.600)	(32.084)	(66.136)	(98.220)
TOTAL	(162.258)	63.617	(98.641)	403.988	477.626	881.614

Notas Explicativas



- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$222.833 em 31 de dezembro de 2020, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se pendente de análise por parte da Aneel até a data da emissão dessas demonstrações financeiras.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros	723.680
Realização	(665.692)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	(362.469)
Atualização Selic	105.402
Saldo em 31 de dezembro de 2019	881.614
Constituição líquida de ativos financeiros	611.212
Realização	(156.471)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	(62.771)
Recebimento de recursos da Conta-Covid (1)	(1.404.174)
Atualização Selic	31.949
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)

- (1) O valor recebido via Conta-Covid será revertido em componente financeiro negativo nos processos tarifários de 2021 ou 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações financeiras.

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias ("CCRBT" ou "Conta Bandeira") destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2020, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$62.771 (R\$362.469 em 2019) e foram reconhecidos como adiantamento da CVA do processo tarifário seguinte.

Notas Explicativas



Reajuste Tarifário Anual

Em 25 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, que teria vigência de 28 de maio de 2020 a 27 de maio de 2021, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 4,27%. Este resultado representava a variação de custos da parcela B, de 0,84%, e os repasses diretos dentro da tarifa, de 3,43%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (i) aumento de 5,30% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão; (ii) aumento de 6,71% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 5,47%, e (iii) retirada de 8,58% referentes aos componentes financeiros do processo anterior.

Apesar da vigência desse ajuste compreender o período de 28 de maio de 2020 a 27 de maio de 2021, a sua aplicação foi suspensa até o dia 30 de junho de 2020, sendo mantidas, durante o período da referida suspensão, as tarifas anteriores. Adicionalmente, foi reconhecido o direito da Companhia ao montante de R\$51.201, mensurado com base no mercado realizado, referente à não arrecadação da receita tarifária adicional no período. Considerando que foi recebido o montante de R\$63.147 de recursos da Conta-Covid em 31 de julho de 2020, que compôs o limite total estabelecido para a Companhia de captação de recursos da Conta-Covid, conforme Resolução Normativa nº 885/2020, a Companhia reconheceu a obrigação líquida no valor de R\$11.924, atualizado pela Selic até 31 de dezembro de 2020. Para mais informações sobre a Conta-Covid, consultar a nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações financeiras.

Contudo, foram interpostos recursos administrativos perante a Aneel contestando a homologação do reajuste tarifário anual de 4,27% da Companhia e requerida a sua anulação, com a consequente devolução dos valores correspondentes aos depósitos judiciais levantados por força da decisão judicial transitada em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, mediante a criação de componente financeiro negativo no cálculo do reajuste tarifário anual da Companhia.

Foi concedido pela Agência o direito de manifestação à Companhia que, com base nas avaliações internas e de seus assessores legais e considerando o cenário de absoluta excepcionalidade causado pela pandemia de Covid-19, houve por bem submeter à Aneel, em 5 de agosto de 2020, proposta de antecipação da devolução para os consumidores da sua área de concessão da quantia de R\$714.339, correspondente à parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

Em 18 de agosto de 2020, a Diretoria da Aneel decidiu acatar parcialmente o recurso interposto, e, por meio da Resolução Homologatória 2.757/2020, reduziu a zero o efeito médio do reajuste tarifário de 2020 da Companhia, a partir da incorporação do componente financeiro negativo de R\$714.339, a vigorar a partir de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021.

Notas Explicativas



A decisão da Companhia representa uma antecipação dos efeitos e tratamentos regulatórios das decisões judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, que serão regulados de maneira isonômica para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica por meio de normativo da Aneel, tendo sido aberta consulta pública pela Agência no período de 11 de fevereiro a 29 de março de 2021, sem prejuízo da discussão de mérito, que será realizada no bojo de tal procedimento e preservado o direito de ampla discussão do assunto naquele foro. A parcela dos créditos que a Companhia se propõe a restituir seus consumidores já se encontra registrada como um passivo, conforme nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras, do qual já foram efetivamente repassados R\$266.320 aos consumidores até 31 de dezembro de 2020.

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida da receita de construção da infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	518.162
Adições	902.421
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(48.168)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(629.706)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	(2.665)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	740.044
Adições	1.346.410
Transferências para o ativo financeiro (Nota 12)	(60.333)
Transferências para o ativo intangível (Nota 14)	(882.951)
Perda por redução ao valor recuperável (1)	(1.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.141.599

(1) Refere-se à constituição de provisões para perdas no montante de R\$10.623 registradas em ativos em curso (obras canceladas), líquida de reversão de provisões registradas em exercícios anteriores no montante de R\$9.052.

Dentre as adições realizadas no exercício de 2020, no montante de R\$1.346.410, está contemplado o montante de R\$32.666 (R\$18.659 em 2019) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

14. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

Notas Explicativas



a) Composição do saldo

	2020			2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	21.815.858	(9.759.741)	12.056.117	20.901.165	(9.128.241)	11.772.924
(-) Obrigações especiais	(4.391.518)	1.438.572	(2.952.946)	(4.184.097)	1.275.409	(2.908.688)
Ativos da concessão líquidos	17.424.340	(8.321.169)	9.103.171	16.717.068	(7.852.832)	8.864.236
Intangível em curso	104.098	-	104.098	74.384	-	74.384
Total do intangível	17.528.438	(8.321.169)	9.207.269	16.791.452	(7.852.832)	8.938.620

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.890.070
Adições	33.911
Transferência de ativo financeiro (nota 12)	1.142
Baixas	(15.094)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	629.706
Amortização	(601.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.938.620
Adições	37.924
Baixas	(36.237)
Transferência de ativos de contrato (Nota 13)	882.951
Transferência de ativo financeiro (nota 12)	5.325
Amortização	(621.314)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.207.269

Dentre as adições realizadas no exercício de 2020, no montante de R\$37.924, está contemplada uma reversão de R\$1.107 (constituição de R\$2.002 em 2019) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,12%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,90%	15,58%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

Notas Explicativas



15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2)/ IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício de 2020 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados em 2019 e 2020		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações, e é amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	173.828	87.093	411	261.332
Adição	9.270	285	-	9.555
Amortização	(21.916)	(31.952)	(308)	(54.176)
Remensuração (2)	(5.964)	2.201	-	(3.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	155.218	57.627	103	212.948
Baixa (contratos encerrados)	(3.898)	-	-	(3.898)
Adição	4.594	-	-	4.594
Amortização (1)	(15.491)	(32.741)	(103)	(48.335)
Remensuração (2)	5.033	(3.998)	-	1.035
Saldo em 31 de dezembro de 2020	145.456	20.888	-	166.344

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$1.235 em 2020 (R\$3.083 em 2019).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Notas Explicativas



b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	261.332
Adição	9.555
Juros incorridos	27.589
Arrendamentos pagos	(69.585)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.934)
Remensuração (2)	(3.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	221.194
Adição	4.594
Baixas (contratos encerrados)	(5.126)
Juros incorridos (1)	22.313
Arrendamentos pagos	(63.346)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.902)
Remensuração (2)	1.035
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.762
Passivo circulante	38.521
Passivo não circulante	139.241

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$1.420 em 2020 (R\$1.571 em 2019).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	499.433	177.762
PIS/Pasep e Cofins potencial	45.592	13.652

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



Vencimento das prestações	
2021	44.688
2022	20.718
2023	20.680
2024	20.644
2025	20.589
2026 a 2046	372.114
Valores não descontados	499.433
Juros embutidos	(321.671)
Passivo de arrendamentos	177.762

16. FORNECEDORES

	2020	2019
Energia de curto prazo - CCEE	408.932	389.220
Encargos de uso da rede elétrica (1)	198.108	149.887
Energia elétrica comprada para revenda	518.990	447.313
Itaipu binacional	325.277	242.766
Materiais e serviços	332.300	305.503
	1.783.607	1.534.689

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2020	2019
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	79.595	77.390
Cofins	63.682	68.171
PIS/Pasep	13.719	14.647
INSS	19.660	17.426
ISSQN	10.150	6.078
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	37.960	-
Outros	9.724	9.019
	234.490	192.731
Não circulante (1)		
Cofins	-	375
PIS/Pasep	-	61
	-	436
	234.490	193.167
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins (2)	448.019	-
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins (2)	3.569.837	4.193.329
	4.017.856	4.193.329

(1) Valores apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica de Outras obrigações.

(2) Valores a serem restituídos a consumidores relativos aos créditos de PIS/Pasep e Cofins levantados pela Companhia. Detalhes na nota explicativa nº 8 destas demonstrações financeiras.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Conforme nota explicativa nº 8a, a Companhia reconheceu, em 2019, o seu direito de compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic, em função do trânsito em julgado da ação ordinária movida, com decisão favorável à Companhia.

Notas Explicativas



A Cemig D possui um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

Os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão ainda pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2020						2019
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	2.023	9.702	11.725	18.051
Dívida em moeda estrangeira				2.023	9.702	11.725	18.051
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	3.414	5.644	9.058	20.268
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	-	-	-	5.582
Dívida em moeda nacional				3.414	5.644	9.058	25.850
Total de empréstimos e financiamentos				5.437	15.346	20.783	43.901
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	587.956	-	587.956	1.108.945
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	43.603	991.644	1.035.247	990.893
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (3)	2024	CDI + 0,454%	R\$	541.927	1.350.000	1.891.927	2.164.083
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.783	1.585.141	1.587.924	1.519.042
(-) Deságio na emissão de debêntures (4)				-	(18.300)	(18.300)	(21.606)
(-) Custos de transação				(692)	(7.605)	(8.297)	(10.336)
Total de debêntures				1.175.577	3.900.880	5.076.457	5.751.021
Total geral				1.181.014	3.916.226	5.097.240	5.794.922

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$233.931, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$222.206. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%). Em 31/03/2020, o saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes);
- (3) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (4) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	2.023	-	-	9.702	-	-	11.725
Total por moedas	2.023	-	-	9.702	-	-	11.725
Indexadores							
IPCA (1)	634.342	247.911	247.911	247.911	1.040.480	792.572	3.211.127
UFIR/RGR (2)	3.414	3.265	2.379	-	-	-	9.058
CDI (3)	541.927	540.000	540.000	270.000	-	-	1.891.927
Total por Indexadores	1.179.683	791.176	790.290	517.911	1.040.480	792.572	5.112.112
(-) Custos de transação	(692)	(772)	(772)	(444)	(2.867)	(2.750)	(8.297)
(-) Deságio	-	-	-	-	(9.150)	(9.150)	(18.300)
Total geral	1.181.014	790.404	789.518	527.169	1.028.463	780.672	5.097.240

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;

Notas Explicativas



(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 2020 (%)	Variação acumulada em 2019 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2020 (%)	Variação acumulada em 2019 (%)
Dólar Norte-Americano	28,93	4,02	IPCA	4,52	4,31
			CDI	2,77	5,97

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.263.408
Captações	3.660.000
Custos de transação	(10.183)
Deságio na emissão de títulos	(23.095)
Captações líquidas	3.626.722
Variação monetária	90.814
Variação cambial	(7.854)
Encargos financeiros provisionados	397.362
Amortização do custo de transação	25.737
Encargos financeiros pagos	(441.750)
Amortização de principal	(4.172.532)
Subtotal	5.781.907
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	13.015
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.794.922
Variação monetária	142.354
Variação cambial	(6.506)
Encargos financeiros provisionados	227.192
Amortização do custo de transação	2.039
Encargos financeiros pagos	(244.027)
Amortização de principal	(811.705)
Reclassificação de empréstimos para Outros Credores (1)	(7.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.097.240

(1) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI + 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI + 6%). Em 2020, o saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes).

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2020	2019
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	227.192	397.362
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 13 e 14)	(31.559)	(20.661)
Efeito líquido no resultado	195.633	376.701

(1) A taxa média de capitalização foi de 5,60% a.a. em 2020 (7,31% a.a. em 2019).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Notas Explicativas



Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

Aval e fiança	3.453.754
Recebíveis	1.622.703
Ações	20.138
Sem garantia	645
TOTAL	5.097.240

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures (1)	Dívida líquida / Ebitda ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O título descrito acima possui exigibilidade de cumprimento da cláusula restritiva em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.
- (2) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2020	2019
Passivo		
Eficiência energética	264.952	254.595
Pesquisa e desenvolvimento	86.402	71.137
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.639	2.269
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.562	4.821
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	1.683	1.621
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	89.825	16
	501.933	385.329
Passivo circulante	267.696	283.361
Passivo não circulante	234.237	101.968

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

Notas Explicativas



A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base 31 de dezembro de 2020.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$342.369 (R\$410.343 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Notas Explicativas



Contrato de equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência desses déficits é de R\$391.333 (R\$398.584 em 31 de dezembro de 2019, referente aos déficits de 2015 e 2016). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$262.889, e até 2033 para o déficit de 2017, no valor de R\$128.444. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade à legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260
Valor justo dos ativos do plano	(6.310.293)	-	-	-	(6.310.293)
Passivo líquido inicial	1.778.685	2.400.299	45.751	410.232	4.634.967
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	11.614	-	-	-	11.614
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.790.299	2.400.299	45.751	410.232	4.646.581

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Valor justo dos ativos do plano	(6.314.174)	-	-	-	(6.314.174)
Passivo líquido inicial	1.814.495	2.245.400	42.817	426.977	4.529.689
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	30.610	-	-	-	30.610
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Notas Explicativas



As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	4.177	228	12	(120)	4.297
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.258.739	421.416	8.086	97.749	1.785.990
Decorrentes de ajustes com base na experiência	5.007	60.471	(781)	(9.894)	54.803
	1.267.923	482.115	7.317	87.735	1.845.090
Benefícios pagos	(548.436)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(650.995)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	81.870	288.703	2.949	-	373.522
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(227.578)	(111.289)	(2.778)	(25.902)	(367.547)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	116.314	(91.000)	1.427	(16.739)	10.002
	(29.394)	86.414	1.598	(42.641)	15.977
Benefícios pagos	(553.691)	(102.547)	(2.009)	(7.097)	(665.344)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	8.088.978	2.400.299	45.751	410.232	10.945.260

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	5.551.636
Retorno real dos investimentos	1.166.483
Contribuições do empregador	144.491
Benefícios pagos	(548.436)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	6.314.174
Retorno real dos investimentos	396.858
Contribuições do empregador	152.951
Benefícios pagos	(553.691)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	6.310.292

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2020 e 2019 são como segue:

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Rendimento sobre os ativos do plano	(415.724)	-	-	-	(415.724)
Despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	127.670	171.032	3.345	32.993	335.040

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
Rendimento sobre os ativos do plano	(470.561)	-	-	-	(470.561)
Despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	122.713	161.079	3.254	30.254	317.300

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas



	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044
Despesa reconhecida no resultado	122.713	161.079	3.254	30.254	317.300
Contribuições pagas	(144.491)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(247.050)
Perdas (ganhos) atuariais	510.838	482.115	7.317	87.735	1.088.005
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-
Despesa reconhecida no resultado	127.670	171.032	3.345	32.994	335.041
Contribuições pagas	(152.951)	(102.547)	(2.009)	(7.098)	(264.605)
Perdas (ganhos) atuariais	(29.524)	86.414	1.598	(42.642)	15.846
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	1.790.300	2.400.299	45.751	410.231	4.646.581
				31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				213.283	201.241
Passivo não circulante				4.433.298	4.359.058

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$296.844 (R\$276.663 em 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$38.197 (R\$40.637 em 2019).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2021 é como segue:

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	922	15.187	356	2.381	18.846
Juros sobre a obrigação atuarial	537.238	167.161	3.240	29.265	736.904
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(414.911)	-	-	-	(414.911)
Estimativa de despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	123.249	182.348	3.596	31.646	340.839

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2021 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	557.717	122.194	2.094	12.933	694.938

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2021 no montante de R\$160.172 para amortização de déficit do Plano A e de R\$55.829 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
11,58	12,81	12,81	13,80	15,01

Notas Explicativas



As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2020	2019
Ações	9,25%	9,51%
Títulos de renda fixa	72,17%	72,28%
Imóveis	3,71%	3,79%
Outros	14,86%	14,42%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2020	2019
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	203.110	195.339
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	220.522	343.408
	423.632	538.747

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2020			2019		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,83%	7,14%	7,25%	6,87%	7,09%	7,19%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,83%	Não aplicável	Não aplicável	6,87%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,32%	3,32%	3,32%	3,61%	3,61%	3,61%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,32%	Não aplicável	4,56%	3,61%	Não aplicável	4,85%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000MS10%D1 0%	AT-2000MS10%D2 0%	AT-2000MS10%D2 0%	AT-2000MS10%D1 0%	AT-2000MS10%D2 0%	AT-2000MS10%D2 0%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Nãoaplicável	ÁlvaroVindasD 30%	ÁlvaroVindasD 30%	Nãoaplicável	ÁlvaroVindasD 30%	ÁlvaroVindasD 30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49M	MI-85F	MI-85F	AT-49M	MI-85F	MI-85F
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	203.908	57.006	939	(11.248)	250.605
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(204.807)	(57.361)	(948)	11.956	(251.160)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	919.580	354.162	7.299	83.595	1.364.636

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Notas Explicativas



21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2019	Adições	Reversões	Liquidações	2020
Trabalhistas	382.915	76.496	(36.903)	(85.444)	337.064
Cíveis					
Relações de consumo	17.767	21.408	(44)	(17.591)	21.540
Outras ações cíveis	16.329	19.144	-	(6.356)	29.117
	34.096	40.552	(44)	(23.947)	50.657
Tributárias	774.348	79.071	(37.797)	(168)	815.454
Ambientais	2	3	-	-	5
Regulatórias	16.575	13.820	(759)	(9)	29.627
Outras	13.215	5.603	(3.031)	(1.832)	13.955
Total	1.221.151	215.545	(78.534)	(111.400)	1.246.762

	2018	Adições	Reversões	Liquidações	2019
Trabalhistas	366.951	129.778	(37.411)	(76.403)	382.915
Cíveis					
Relações de consumo	17.945	20.375	(404)	(20.149)	17.767
Outras ações cíveis	28.084	14.933	(11.755)	(14.933)	16.329
	46.029	35.308	(12.159)	(35.082)	34.096
Tributárias	2.111	772.684	(227)	(220)	774.348
Ambientais	1.209	-	(1.207)	-	2
Regulatórias	16.990	111	(415)	(111)	16.575
Outras	6.599	8.305	(31)	(1.658)	13.215
Total	439.889	946.186	(51.450)	(113.474)	1.221.151

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Notas Explicativas



Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.163.625 (R\$1.434.014 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$337.064 (R\$382.915 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas Ações Declaratórias de Constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa SELIC, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- ✓ Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- ✓ Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa SELIC de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- ✓ Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$117.229 (R\$56.211 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$21.540 (R\$17.767 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$277.595 (R\$228.500 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$29.117 (R\$16.329 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$990.654 (R\$950.209 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$808.447 (R\$772.684 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$109.540 (R\$54.579 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$7.007 (R\$1.664 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$256.803 (R\$208.537 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$29.627 (R\$16.575 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$356.236 (R\$321.567 em 31 de dezembro de 2019) dos quais R\$687 (R\$4.002 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$428.111 (R\$381.826 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$13.272 (R\$9.215 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$204.739 (R\$202.042 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica "Trabalhistas". O valor da contingência, atualizado, é de R\$211.026 (R\$207.067 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Notas Explicativas



Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$91.233 (R\$93.571 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$85.944 (R\$41.944 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$284.856 (R\$305.571 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

Notas Explicativas



A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$35.973 (R\$30.015 em 31 de dezembro de 2019).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$356.907 (R\$326.719 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$167.168 (R\$148.904 em 31 de dezembro de 2019) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Notas Explicativas



b) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2020	2019
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do exercício	1.201.554	1.644.366
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,51	0,70

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego, que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.004.037 (R\$1.993.579 em 31 de dezembro de 2019).

e) Reservas de lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2020	2019
Reservas de Lucros		
Reserva legal	393.178	333.948
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	54.260	37.308
Reserva de retenção de lucros	2.206.232	958.533
	2.653.670	1.329.789

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A partir de 2020, a reserva legal passou a ser calculada com base no lucro líquido, ajustado pela reserva de incentivos fiscais, totalizando R\$59.230 em 2020 (R\$82.218 em 2019).

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Notas Explicativas



Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$54.260 (R\$37.308 em 31 de dezembro de 2019).

f) Dividendos

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Entretanto, o Art. 33º, inciso §2º do Estatuto Social define que o descumprimento de limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) vezes em 5 (cinco) anos poderá, conforme regulação da Aneel, limitar a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal e à reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados, observado o inciso I da subcláusula Primeira da cláusula Sétima do Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, celebrados entre a Companhia e a União.

Considerando que o indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os períodos de 2016, 2017 e 2019 não foi atendido, aplica-se a limitação para a Cemig D, em 2021, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no limite de 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no Art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016.

O DEC global foi atendido em 2020 e, caso seja também atendido em 2021, a Companhia fica isenta da obrigação mencionada acima a partir de 2022.

Notas Explicativas



O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 22 de setembro e 23 de dezembro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP nos montantes de R\$94.500 e R\$253.069, respectivamente, a ser compensado com o dividendo mínimo obrigatório de 2020, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$118.173, reconhecidos no resultado do exercício de 2020.

	2020
Lucro líquido do exercício	1.201.554
Constituição de Reserva Legal - 5%	(59.230)
Lucro líquido ajustado	1.142.324
Dividendo Obrigatório – 25% do lucro líquido (considerando a restrição regulatória)	285.581
Dividendos a serem distribuídos - Proposta	
Juros sobre capital próprio	347.569
Dividendos propostos por ação - R\$	0,1473

Proposta de destinação do lucro de 2020

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em abril de 2021, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2020, no montante de R\$1.201.554:

- R\$59.230, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$347.569 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 22 de setembro e 23 de dezembro de 2020, a serem pagos em duas parcelas, sendo R\$285.581 até 30 de dezembro de 2021 e R\$61.988 em 2022;
- R\$16.952 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2020 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$777.803 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2021.

Considerando que os juros sobre o capital próprio foram superiores aos limites de dividendos previstos pela Aneel, a Administração irá propor que dos R\$347.569 declarados, somente a parcela de R\$285.581 seja paga até 30 de dezembro de 2021, sendo o valor remanescente, de R\$61.988 a ser pago em 2022, considerando a premissa que o DEC global será atendido pela Companhia em 2021, o que extinguirá a limitação de pagamentos de dividendos prevista no Contrato de Concessão.

Notas Explicativas



23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2020	2019
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	19.173.606	19.966.951
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	266.320	-
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	3.045.719	2.746.532
Constituição de CVA e outros componentes financeiros (c)	454.741	57.988
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	1.384.334	936.332
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (e)	234.347	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (f)	15.465	17.839
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(50.532)	(57.897)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 8)	-	830.343
Outras receitas operacionais (g)	1.561.643	1.461.663
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(9.573.981)	(10.041.010)
	16.511.662	15.918.741

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 8a destas demonstrações financeiras.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Residencial	10.980.626	10.538.342	9.875.244	9.668.234
Industrial	1.772.812	2.383.097	1.229.394	1.581.092
Comércio, serviços e outros	4.383.757	5.214.433	4.074.898	4.549.469
Rural	3.749.372	3.792.159	2.185.209	2.057.510
Poder público	713.984	904.879	522.319	653.551
Iluminação pública	1.242.760	1.357.293	550.376	614.319
Serviço público	1.362.402	1.371.992	721.488	724.904
Subtotal	24.205.713	25.562.195	19.158.928	19.849.079
Consumo próprio	34.089	37.827	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	1.558	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	13.120	117.872
Total	24.239.802	25.600.022	19.173.606	19.966.951

(*) Valores em MWh não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

Notas Explicativas



O total de energia transportada, em MWh, por classe de consumidores, está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (*)	
	2020	2019
Industrial	18.612.418	17.723.153
Comercial	1.299.871	1.319.934
Rural	31.835	17.226
Concessionárias	315.142	341.427
Total de energia transportada	20.259.266	19.401.740

(*) Valores em MWh não auditados pelos auditores independentes.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme descrito na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão cujo reconhecimento está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

e) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes à comercialização de excedentes de energia. No caso de vendas relacionadas a montante do limite regulatório ou da sobrecontratação involuntária, parte do benefício auferido é revertido em favor do consumidor no processo de reajuste tarifário.

f) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Notas Explicativas



g) Outras receitas operacionais

	2020	2019
Serviço taxado	10.821	17.351
Outras prestações de serviços	14.520	10.582
Subvenções Baixa Renda	291.674	169.196
Outras subvenções (1)	1.082.381	1.079.262
Aluguel e arrendamento	162.236	190.833
Transações na CCEE (reversão)	-	(6.561)
Outras	11	1.000
	1.561.643	1.461.663

(1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o decreto nº 7.891/2013, no montante de R\$1.035.617 em 2020 (R\$1.079.262 em 2019), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; e a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$46.764 em 2020, reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT.

h) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2020	2019
Impostos sobre a receita		
ICMS	5.273.070	5.418.597
PIS/Pasep	317.008	349.309
Cofins	1.460.161	1.608.939
ISSQN	726	756
	7.050.965	7.377.601
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	72.631	68.584
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.208.555	2.213.435
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	29.053	27.434
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	29.053	27.434
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	14.526	13.717
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	149.419	294.004
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	19.779	18.801
	2.523.016	2.663.409
	9.573.981	10.041.010

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Pessoal (a)	885.930	869.289
Participação de empregados e administradores no resultado	92.295	182.856
Obrigações pós-emprego	296.844	276.663
Materiais	60.841	62.632
Serviços de terceiros (b)	1.055.390	1.015.880
Energia elétrica comprada para revenda (c)	8.160.921	7.516.878
Amortização (Nota 14b)	621.314	601.115
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 15)	47.100	51.093
Provisões operacionais (d)	272.276	1.100.647
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.799.091	1.458.939
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (e)	1.384.334	936.332
Outras despesas operacionais líquidas (f)	212.427	298.633
	14.888.763	14.370.957

a) Despesas com pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do

Notas Explicativas



valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP foi de R\$45.584, correspondendo à adesão de 329 empregados.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2019

O saldo de 31 de dezembro de 2019 inclui o montante de R\$14.728, apropriado no primeiro trimestre de 2019, como despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, correspondente à adesão de 108 empregados.

b) Serviços de terceiros

	2020	2019
Leitura de medidores e entrega de contas	126.970	127.948
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	403.628	361.850
Comunicação	67.438	64.623
Conservação e limpeza de prédios	82.651	81.246
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	69.748	57.484
Corte e religação	39.107	70.366
Podas de árvores	47.600	45.991
Serviços advocatícios e custas processuais	18.521	17.997
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.732	4.194
Serviços de tecnologia da informação	58.499	47.413
Mão de obra contratada	5.162	9.964
Hospedagem e alimentação	6.462	9.844
Vigilância	10.312	9.396
Manutenção e conservação de veículos	1.898	2.481
Reprografia e publicações legais	14.438	18.484
Consultoria	13.759	6.605
Despesas com transporte - pessoa jurídica	5.147	5.685
Inspeção de unidades consumidoras	35.162	14.124
Fretes e Passagens	731	3.168
Outros	43.425	57.017
	1.055.390	1.015.880

c) Energia elétrica comprada para revenda

	2020	2019
Energia de Itaipu binacional	1.990.221	1.429.355
Contratos por cotas de garantia física	821.491	754.595
Cotas das usinas de Angra I e II	302.969	269.172
Energia de curto prazo - CCEE	1.056.266	1.773.539
Contratos bilaterais	333.676	310.979
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.368.565	3.053.341
PROINFA	317.587	375.442
Geração distribuída	678.113	206.862
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(707.967)	(656.407)
	8.160.921	7.516.878

d) Provisões (reversões) operacionais

	2020	2019
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 7) (1)	135.265	199.142
Perda estimada para outros créditos a receber (2)	-	6.769
Provisão (reversão) para contingências (Nota 21)		
Trabalhistas	39.593	92.367
Cíveis	40.508	23.149
Tributárias (3)	41.274	772.457
Ambientais	3	(1.207)
Regulatórias	13.061	(304)
Outras	2.572	8.274
	137.011	894.736
	272.276	1.100.647

Notas Explicativas



- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração do resultado como despesas com vendas.
- (2) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como outras despesas operacionais.
- (3) A provisão constituída em 2019 decorre de complemento de provisão para fazer face a processos relacionados ao pagamento de contribuições previdenciárias sobre PLR, conforme descrito na nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras.

e) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	2020	2019
Pessoal	74.249	76.240
Materiais	684.648	464.875
Serviços de terceiros	549.970	341.127
Encargos financeiros	31.559	20.661
Aquisição de imóveis e instalações	117	2.870
Arrendamentos e aluguéis	2.139	-
Impostos e taxas	1.243	1.641
Outros	40.409	28.918
	1.384.334	936.332

f) Outras despesas operacionais líquidas

	2020	2019
Arrendamentos e aluguéis (1)	6.012	14.887
Propaganda e publicidade	4.359	4.616
Consumo próprio de energia elétrica	24.399	21.992
Subvenções e doações	17.491	29.032
Anuidade CCEE	3.144	3.128
Seguros	9.491	4.136
Forluz - custeio administrativo	21.863	21.782
Agentes arrecadadores	85.712	87.792
Impostos e taxas	4.523	6.753
Perda por redução ao valor recuperável (2)	1.571	2.665
Multa Aneel (3)	-	29.296
Recálculo de indicadores por determinação da Aneel (4)	-	19.653
Outras despesas	33.862	52.901
	212.427	298.633

- (1) A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais. Sendo assim, nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16/CPC 06.
- (2) Valor referente à reversão das provisões constituídas em exercícios anteriores para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas).
- (3) Multa aplicada pelo órgão regulador decorrente de divergência do entendimento da metodologia de cálculo dos indicadores de qualidade.
- (4) Valores apurados após recálculo dos indicadores de qualidade referentes ao período de 2016 a maio de 2019. A partir dessa data, houve mudança da metodologia de cálculo dos indicadores, a fim de ajustar o entendimento da Companhia ao do órgão regulador. Esse valor corresponde à expectativa dos valores a serem devolvidos aos consumidores na fatura de energia, pendente de análise do órgão regulador.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	50.222	36.058
Acréscimos moratórios de contas de energia	390.012	341.840
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (Nota 18)	6.506	7.854
Variações monetárias	4.690	11.210
Variação monetária depósitos judiciais	10.538	19.916
Variação monetária - CVA (Nota 12)	31.949	105.402
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(28.216)	(51.221)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	24.811	1.034.352
Outras	29.679	29.384
	520.191	1.534.795
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18)	(195.633)	(376.701)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(2.039)	(25.737)
Encargos de variação monetária - Forluz	(38.197)	(40.637)
Variações cambiais de Itaípu	(46.777)	(13.054)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18)	(142.354)	(90.814)
Variação monetária de P&D e PEE	(14.521)	(17.021)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(20.893)	(26.018)
Outras variações monetárias	(30.675)	(7.545)
Outras	(20.134)	(34.879)
	(511.223)	(632.406)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	8.968	902.389

Notas Explicativas



26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	334.824	345.929	-	-	127.385	166.263	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	10.072	7.234	-	-	(33.305)	(32.444)
Prestação de serviço	-	-	-	-	-	4.082	-	(1.693)
Operações com energia elétrica (3)	73	-	-	-	-	1.011	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	309.434	822.183	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	1.707	1.669	-	-	(5.700)	(7.479)
Operações com energia elétrica (3)	1.245	972	29.421	30.618	27.194	27.538	(300.410)	(270.418)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	8.037	7.620	41.592	39.102	(87.473)	(82.449)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	22.668	-	-	-	(203.200)	-
Ressarcimento de energia descontratada (4)	-	3.504	-	-	-	4.246	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	25.154	24.459	-	-	(225.249)	(217.358)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	922	924	-	-	(8.410)	(7.958)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	7.188	7.268	-	-	(88.345)	(83.595)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	-	-	3.722	3.177	134	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	144	567	5.348	4.916	(4.785)	(5.042)
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	-	-	1.767	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	107.284	5.376	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.100.746	109.567	-	-	20.097	689	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	472.371	269	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	114.956	104.928	-	-	(127.670)	(122.713)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (7)	-	-	-	-	-	-	(53.287)	(52.794)
Custeio administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(21.863)	(21.782)
Arrendamento operacional (9)	127.659	135.147	16.644	24.396	-	-	(1.843)	(37.060)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	1.675.343	1.740.177	-	-	-	-
Arrendamento operacional (9)	-	-	119.512	115.498	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	104.556	95.231	-	-	(174.377)	(164.333)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	2.341.494	2.192.986	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 encontravam-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D protocolou requerimento junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para adesão aos termos da Lei Estadual 23.510/2020 no intuito de compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia. Nesse momento, a Secretaria de Estado de Fazenda está validando as faturas apresentadas para autorizar a compensação de créditos ainda não efetivada. Sendo assim, a Companhia reverteu R\$209.935 que estavam provisionadas na forma de PECLD;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig D, finalizado em janeiro de 2020;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz e em novembro de 2020, ao término do contrato, a Cemig optou por não realizar a renovação contratual e, portanto, desocupou totalmente as instalações do edifício Aureliano Chaves;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Notas Explicativas



As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
				Cemig D	Cemig D
GASMIG	Nota promissória	107% do CDI	25/09/2020	-	447
				-	447

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Remuneração	9.857	8.802
Participação nos resultados	3.278	2.065
Previdência privada	724	752
Planos de saúde e odontológico	94	85
Total	13.953	11.704

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2020		2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	754.013	754.013	14.147	14.147
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 7)	2	3.066.450	3.066.450	2.912.869	2.912.869
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais (Nota 7)	2	334.824	334.824	422.034	422.034
Fundos vinculados	2	9.808	9.808	1.196	1.196
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	132.681	132.681	881.614	881.614
Reembolso de subsídios tarifários	2	82.616	82.616	93.673	93.673
Subvenção baixa renda	2	43.072	43.072	29.582	29.582
Depósitos vinculados a litígios	2	527.628	527.628	1.766.042	1.766.042
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada	2	-	-	3.504	3.504
		4.951.092	4.951.092	6.124.661	6.124.661
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	581.287	581.287	41.574	41.574
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	341.413	341.413	-	-
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	457.503	457.503	13.900	13.900
Letras financeiras - bancos	2	1.023.561	1.023.561	82.203	82.203
Debêntures	2	-	-	15	15
		1.822.477	1.822.477	96.118	96.118
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	530.058	530.058	459.711	459.711
		2.933.822	2.933.822	597.403	597.403
		7.884.914	7.884.914	6.722.064	6.722.064
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.097.240)	(5.097.240)	(5.794.922)	(5.794.922)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(342.369)	(342.369)	(410.343)	(410.343)

Notas Explicativas



Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Fortuz)	2	(391.333)	(391.333)	(398.584)	(398.584)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(231.322)	(231.322)	-	-
Fornecedores	2	(1.783.607)	(1.783.607)	(1.534.689)	(1.534.689)
Arrendamento	2	(177.762)	(177.762)	(221.194)	(221.194)
		(8.023.633)	(8.023.633)	(8.359.732)	(8.359.732)

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder

Notas Explicativas



Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 131,21% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,16% a CDI + 0,97%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexados à variação do dólar norte americano e pelo pagamento de energia comprada de Itaipu, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2020		2019	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(2.256)	(11.725)	(4.478)	(18.051)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(62.593)	(325.277)	(60.229)	(242.766)
Passivo líquido exposto		(337.002)		(260.817)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2021 será uma valorização de 0,06% (R\$5,20). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Notas Explicativas



Risco - Exposições cambiais	2020	31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	Cenário dólar R\$5,20	Cenário dólar R\$6,50	Cenário dólar R\$7,80
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(11.725)	(11.732)	(14.666)	(17.599)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(325.277)	(325.484)	(406.854)	(488.225)
Passivo líquido exposto	(337.002)	(337.216)	(421.520)	(505.824)
Efeito líquido da variação cambial		(214)	(84.518)	(168.822)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2020. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros líquida dos efeitos sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2020	2019
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	581.287	41.574
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2.576.490	110.265
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12)	132.681	881.614
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada (Nota 26)	-	3.504
	3.290.458	1.036.957
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.891.927)	(2.164.083)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12)	(231.322)	-
	(2.123.249)	(2.164.083)
Ativo (passivo) líquido exposto	1.167.209	(1.127.126)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a taxa Selic será de 5,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	2020	31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	Cenário Selic 5,50%	Cenário Selic 4,13%	Cenário Selic 2,75%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	581.287	613.258	605.294	597.272
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2.576.490	2.718.197	2.682.899	2.647.343
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12)	132.681	139.978	138.161	136.330
	3.290.458	3.471.433	3.426.354	3.380.945
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 18)	(1.891.927)	(1.995.983)	(1.970.064)	(1.943.955)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12)	(231.322)	(244.045)	(240.876)	(237.683)
	(2.123.249)	(2.240.028)	(2.210.940)	(2.181.638)
Ativo líquido exposto	1.167.209	1.231.405	1.215.414	1.199.307

Notas Explicativas



Efeito líquido da variação das taxas de juros	64.196	48.205	32.098
---	--------	--------	--------

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2020, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio dos índices IPCA e IGP-M, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2020	2019
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12)	530.058	459.711
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 26)	334.824	422.034
	864.882	881.745
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.211.127)	(3.618.880)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 20)	(342.369)	(410.343)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(391.333)	(398.584)
	(3.944.829)	(4.427.807)
Passivo líquido exposto	(3.079.947)	(3.546.062)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2021, o IPCA será de 4,53% e o IGP-M de 11,65%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	2020	31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,53% IGPM 11,65%	Cenário IPCA 5,66% IGPM 14,56%	Cenário IPCA 6,80% IGPM 17,48%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 12)	530.058	554.070	560.059	566.102
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 26)	334.824	373.831	383.574	393.351
	864.882	927.901	943.633	959.453
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.211.127)	(3.356.591)	(3.392.877)	(3.429.484)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 20)	(342.369)	(357.878)	(361.747)	(365.650)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(391.333)	(409.060)	(413.482)	(417.944)
	(3.944.829)	(4.123.529)	(4.168.106)	(4.213.078)
Passivo líquido exposto	(3.079.947)	(3.195.628)	(3.224.473)	(3.253.625)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(115.681)	(144.526)	(173.678)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Notas Explicativas



A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	48.681	749.831	508.607	4.027.351	800.721	6.135.191
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	9.106	18.347	83.528	293.999	-	404.980
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.025	8.117	37.049	213.453	378.148	640.792
	61.812	776.295	629.184	4.534.803	1.178.869	7.180.963
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.618.085	164.743	779	-	-	1.783.607
	1.679.897	941.038	629.963	4.534.803	1.178.869	8.964.570

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de

Notas Explicativas



e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2020, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$647.429.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

A controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “RF” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Notas Explicativas



Notas Explicativas



Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Covid-19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações financeiras.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia de Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto 10.350/2020 autorizou a criação e gestão da Conta-Covid pela CCEE, tendo como uma de suas finalidades, a cobertura dos efeitos financeiros da sobrecontratação advindos da pandemia. O montante estimado para essa cobertura foi de R\$212.473. O Decreto ainda acrescentou um inciso ao art.3º do Decreto 5.163/2004, prevendo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, apurada conforme regulação da Aneel, como um dos itens possíveis de serem tratados como sobrecontratação involuntária, e, desta forma, repassado aos consumidores.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia e com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Notas Explicativas



Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Em razão do processo de fiscalização promovido pela Aneel, foram recalculados os indicadores do Critério de Eficiência com relação à Continuidade dos Serviços para os períodos de janeiro de 2016 a maio de 2019, resultando em violação do limite anual global do indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os exercícios de 2016 e 2017. Considerando que o indicador DEC apurado para o exercício de 2019 também ultrapassou o limite global regulatório, aplicou-se a disposição prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016, que proíbe a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio quando estes valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016. É importante ressaltar que os indicadores internos (DECi e FECi) para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos em todos os períodos.

Assim, os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício de 2020.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	19.119.392	19.649.855
Caixa e equivalentes de caixa	(659.045)	(234.346)
Títulos e valores mobiliários	(2.104.119)	(109.960)
Passivo líquido	16.356.228	19.305.549
Total do patrimônio líquido	6.021.631	4.708.208
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,72	4,12

Notas Explicativas



28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2020 a 29/04/2021	US\$3.370 US\$14.000	US\$51
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2020 a 02/11/2021	R\$74.575	R\$68
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2021 a 08/01/2022	R\$616.157	R\$179
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/07/2020 a 08/07/2021	R\$31.082	R\$28
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil	(2)	07/12/2020 a 07/12/2021	R\$545.062	R\$717

(1) Valores expressos em R\$ mil ou US\$ mil;

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função destes riscos.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.514.968	1.548.077	1.595.172	1.595.172	1.595.172	33.498.611	41.347.172
Transporte de energia elétrica de Itaipu	188.834	215.389	218.223	222.040	158.810	521.088	1.524.384
Compra de energia - leilão	3.416.284	3.387.097	3.378.496	3.536.317	3.327.640	47.855.339	64.901.173
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	332.339	332.339	332.339	222.118	67.357	79.906	1.366.398
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	288.424	290.699	298.653	301.096	300.273	6.340.033	7.819.178
Cotas de garantias físicas	811.557	811.557	811.557	811.557	811.557	17.042.697	21.100.482
	6.552.406	6.585.158	6.634.440	6.688.300	6.260.809	105.337.674	138.058.787

Notas Explicativas



30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$31.559 no exercício de 2020 (R\$20.661 em 2019).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conta Covid

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel publicou o Despacho nº 181, definindo os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE devidas pelas distribuidoras no âmbito da Conta-Covid, visando a amortização da operação de crédito contratada pela CCEE para ajudar o caixa das distribuidoras, conforme os termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020, divulgado na nota explicativa nº 1.1 destas demonstrações financeiras.

O encargo mensal devido pela Companhia é de aproximadamente R\$41 milhões mensais que deverão ser recolhidos à CCEE, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o décimo dia do mês subsequente. De acordo com a nota técnica 05/2021 SGT/Aneel, esse valor permanecerá nas tarifas por 48 meses (2021 a 2025) e a Aneel revisará anualmente os parâmetros para a definição do Encargo e eventual saldo residual será devolvido aos consumidores no final do período. Para garantir o equilíbrio entre cobertura tarifária, pagamento e arrecadação, e Encargo CDE Conta-Covid estará sujeito ao cálculo de CVA e Neutralidade.

Notas Explicativas



Juros sobre Capital Próprio

Em 23 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre Capital Próprio – JCP no montante de R\$86.667, a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Farão jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de março de 2021.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Maurício Dall'Agnese
Diretor Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretor sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contadora - CRC-MG 77.839

Proposta de Orçamento de Capital



ORÇAMENTO DE CAPITAL

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM ABRIL DE 2021

ANEXO 2

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2021, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2021, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$777.803 mil da Retenção de lucros do exercício de 2020.

Investimentos planejados para 2021

Sistema elétrico de subtransmissão	611.093
Sistema elétrico de distribuição (média e baixa tensão)	1.128.143
Infraestrutura e Outros	250.431
	<hr/>
	1.989.667

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria – CR

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado ativo financeiro, ativo de contrato e intangível da concessão nos montantes de R\$ 530.058 mil, R\$1.141.599 mil e R\$9.207.269 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da administração. Durante o ano de 2020, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 1.384.334 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar

as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12, 13 e 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2020 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 26-03-2021. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2020, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 26-03-2021, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2021.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA –26 DE MARÇO DE 2021

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2020

No ano de 2020, o Comitê reuniu-se em 42 (quarenta e duas) ocasiões e mais 11 (onze) vezes no início do primeiro semestre de 2021, além de 5 (cinco) participações nas reuniões do Conselho de Administração. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2020 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2021. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 10 (dez) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com o Gerente da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2020, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas,

ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2020.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASSETTI - Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 23.03.2021, em reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, concluímos a análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social de 2020. Na mesma data aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

aa.) Reynaldo Passanezi Filho - Diretor-Presidente
Dimas Costa - Diretor Cemig Comercialização
Eduardo Soares - Diretor de Regulação e Jurídico
Leonardo George de Magalhães - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Marney Tadeu Antunes - Diretor Cemig Distribuição
Maurício Dall'Agnese - Diretor CemigPar
Paulo Mota Henriques - Diretor Cemig Geração e Transmissão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 23.03.2021, em reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, concluímos a análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social de 2020. Na mesma data aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

aa.) Reynaldo Passanezi Filho - Diretor-Presidente
Dimas Costa - Diretor Cemig Comercialização
Eduardo Soares - Diretor de Regulação e Jurídico
Leonardo George de Magalhães - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Marney Tadeu Antunes - Diretor Cemig Distribuição
Maurício Dall'Agnese - Diretor CemigPar
Paulo Mota Henriques - Diretor Cemig Geração e Transmissão